

# Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua<sup>1</sup>

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi<sup>a</sup>, Thamy Eduarda Ricci<sup>b</sup>, Roberta Justel do Pinho<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

**Resumo:** Introdução: No contexto nacional, nos deparamos com alarmantes índices de desemprego estrutural que se tornam exponencialmente maiores quando analisamos as camadas excluídas do direito ao trabalho, como a população em situação de rua. Objetivo: Identificar as concepções sobre o trabalho de pessoas em situação de rua. Método: Participaram dez homens abrigados em uma instituição religiosa que acolhe pessoas em situação de rua, localizada no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de estudo qualitativo que utilizou a entrevista semiestruturada para coleta de dados e a técnica de análise temática. Resultados: Indica que os participantes vinculam o trabalho às questões financeiras, pois o dinheiro foi reconhecido por eles como meio de satisfazer desejos materiais e o sustento familiar. Também o vinculam ao uso de substâncias psicoativas, indicado como a principal razão da perda de empregos. Entretanto, verificou-se que o trabalho também foi indicado como possibilidade de (re)construção de projetos de vida futura, sendo componente importante do cotidiano. Os participantes associaram o trabalho à viabilização de suas redes sociais que, em muitos casos, apresentava-se fragilizada ou era inexistente e o conceberam como estratégia emancipatória, seja pessoal, familiar ou financeira. Conclusão: A pesquisa em equipamentos de assistência social voltados à população em situação de rua é importante, pois amplia o conhecimento sobre os próprios equipamentos, os usuários e suas demandas, favorecendo a criação e implantação de políticas sociais, além de dar suporte às práticas de Terapia Ocupacional junto a essa população, que ainda são escassas.

**Palavras-chave:** *População em Situação de Rua, Trabalho, Economia Solidária.*

## Perceptions on work: analysis of conceptions of homeless people

**Abstract:** Introduction: We are facing alarming levels of structural unemployment that become exponentially larger when we analyze the layers excluded from the right to work, as the people living in the street. Objective: To identify the conceptions about the work of people living in the street. Method: The participants were ten men sheltered in a religious institution that welcomes homeless people, located in the interior of the state of São Paulo. This is a qualitative study that used the semi-structured interview for data collection and the thematic analysis technique to analyze them. Results: The participants link the work to financial issues, since the money was recognized by them as a means to satisfy material desires and support family. They also link it to the use of psychoactive substances, indicated as the main reason for the loss of jobs. However, we observed that the work was also indicated as a possibility of (re)construction of future life projects, being an important component of daily life. Participants associated the work with the viability of their social networks, which in many cases were fragile or non-existent and conceived as an emancipatory strategy, whether personal, family or financial. Conclusion: Research into social assistance equipment for the homeless people is important, since it broadens the knowledge about the equipment itself, the users and their demands, favoring the creation and implementation of social policies, as well as supporting Occupational Therapy practices along with this population, which are still scarce.

**Keywords:** *Homeless Persons, Work, Solidarity Economy.*

## 1 Introdução

A vida daqueles que (sobre)vivem nas ruas compõe-se de trajetórias conectadas a inúmeras causas, desde econômicas, rupturas das redes sociais de suporte e familiares, migrações à violência urbana, desemprego e/ou dependência de substâncias psicoativas; o impacto de cada elemento é específico em cada contexto e para cada sujeito, tornando-se impossível atribuir maior relevância a algum aspecto em detrimento de outro, constituindo uma população cuja situação é diversificada e multideterminada (ARAÚJO, 2003).

Por essa razão, a Política Nacional da População em Situação de Rua, instituída pelo decreto nº 7.053/2009, caracteriza-a como

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Apesar de não haver determinação única para este fenômeno, acredita-se que as relações com o trabalho tenham um papel central nesse desfecho (COSTA, 2005), parecendo haver uma preponderância das questões relacionadas à exclusão do mundo do trabalho (e das consequências da conjuntura política, econômica e social que o alimentam) nas motivações que levam alguns sujeitos a viver na rua, bem como sua permanência e a dificuldade de superação dessa situação (BORIN, 2004; COSTA, 2005; MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008; PRATES; PRATES; MACHADO, 2011; SILVA, 2009; VALÊNCIA et al., 2008; VIEIRA; BEZERRA; COSTA, 1992).

Em um contexto mais amplo, a precarização das relações e condições de trabalho, a flexibilização e o desemprego estrutural que ganham contorno a partir dos anos 1970, quando a crise capitalista inicia um processo de reestruturação produtiva mundial, provocaram impactos na economia, bem como intensas mudanças sociais, políticas e ideológicas, caracterizadas no Neoliberalismo, na privatização do Estado e na desregulamentação das leis trabalhistas (ANTUNES, 2000, 2009, 2013).

Todas essas mudanças contribuíram para a produção de um grande contingente de trabalhadores empurrados progressivamente rumo à exclusão,

tornando-se desnecessários ao circuito econômico atual, como “sobrantes”, entre os quais a população em situação de rua estaria incluída (BURSZTYN, 2003; SILVA, 2009).

A I Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada em 2008, identificou que 70,9% dos entrevistados exerciam alguma atividade remunerada (trabalho), destacando-se a coleta de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Além disso, 58,6% afirmaram ter alguma profissão (construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%), e 15,7% pediam dinheiro (“esmolos”). Apesar da alta taxa de ocupação, apenas 1,9% dos entrevistados trabalhava com carteira assinada; 47,7% dos sujeitos nunca trabalharam formalmente (BRASIL, 2008).

Seria inegável a existência de uma alta taxa de ocupação entre essa população, especialmente na catação de lixo e em atividades relacionadas à mercantilização do medo, a criminalidade e a mendicância (SCOREL, 2006). Entretanto, dificilmente os trabalhos realizados por essa população viabilizam autonomia financeira, sendo transitórios, temporários, variados e irregulares, muitas vezes desenvolvidos sob condições insalubres e de risco (BORIN, 2004; SCOREL, 2006; MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2007). Apesar de prestar serviços, é excluída do direito ao trabalho e de consumir itens mínimos de sobrevivência (VALÊNCIA et al., 2008).

Diante da fragilidade das relações de trabalho e das redes sociais de suporte da população em situação de rua, são necessárias proposições de alternativas econômicas e sociais que respondam às suas demandas, garantindo o resgate de sua autonomia e independência (GHIRARD et al., 2005). Nesse contexto, a Economia Solidária torna-se possibilidade, especialmente, no que tange ao potencial de geração de renda e inclusão social, bem como alternativa ao modo de produção capitalista.

Para Singer (2002, p. 10), a

[...] economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...].

Baseia-se na igualdade e nos princípios da autogestão, participação democrática dos membros, propriedade coletiva dos meios de produção e horizontalização das relações (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Mattos, Heloani e Ferreira (2008), participar de cooperativas de trabalho seria uma alternativa à situação de rua, pois as cooperativas promovem geração de renda para pessoas que teriam dificuldades de sobrevivência por meio da venda de sua força de trabalho em empresas capitalistas.

Identificar e compreender como a população em situação de rua elabora suas concepções e relações com o trabalho torna-se relevante para a construção de ações de inclusão no trabalho condizentes com as reais demandas, desejos e necessidades dessa população.

## 2 Método

### 2.1 Tipo de pesquisa

Foi realizada uma pesquisa transversal, de abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas com usuários de uma entidade socioassistencial, de caráter religioso, que presta serviço de acolhimento institucional a homens em situação de rua em um município no interior do Estado de São Paulo. Tal pesquisa relacionou-se a um projeto de iniciação científica vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional (UFSCar) e ao Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), que desenvolve, desde 2012, projetos que visam à inserção da população em situação de rua no mundo do trabalho, por meio da Economia Solidária, sendo que, desde 2013, são realizadas ações específicas junto à entidade socioassistencial supracitada.

### 2.2 Procedimentos éticos

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos/UFSCar, os objetivos da pesquisa foram apresentados a todos os acompanhados pela entidade e os que concordaram em participar do estudo foram solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### 2.3 Participantes e critérios de seleção

Participaram do estudo 10 pessoas em situação de rua que estavam abrigadas na Casa de Missão Divina Misericórdia no período da coleta de dados. Todas as pessoas que estavam abrigadas na Casa no período foram convidadas a participar, no entanto somente 10 aceitaram o convite.

O critério de seleção baseou-se, portanto, na disponibilidade das pessoas em participar voluntariamente.

### 2.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro foi elaborado a partir de referenciais teóricos acerca do tema e da vivência de atividades de extensão universitária junto com a população em questão, associando perguntas fechadas e abertas, totalizando 12 questões. O objetivo das entrevistas foi apreender a vida profissional pregressa dos participantes, suas concepções sobre trabalho e a influência exercida por esse em sua vida. Buscou-se, ainda, conhecer as redes sociais de suporte atuais referidas pelos participantes e como imaginavam as redes apontadas por eles caso estivessem inseridos no mundo do trabalho. Portanto, as questões das entrevistas versaram sobre estes tópicos. Para realizá-las, a instituição disponibilizou uma sala a fim de que não houvesse interrupções. Cada participante concedeu informações pessoais, como data de nascimento, escolaridade, estado civil e profissão, para preenchimento do protocolo preliminar de informações pessoais dos participantes utilizado para caracterizá-los. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, tendo sido ordenadas, de forma padronizada, pelos dados de identificação de cada participante. As entrevistas tiveram, em média, 20 minutos de duração.

A análise de dados foi realizada a partir da técnica da análise temática, tendo como referencial Bardin (2008), cuja aplicação implica descobrir os núcleos de sentido contidos na comunicação, sendo que a presença ou frequência de aparição pode ter algum significado para o objetivo analítico eleito. Após a transcrição e ordenação das entrevistas, realizou-se a leitura exaustiva que permitiu a identificação de núcleos de sentido e seus respectivos temas que foram agregados em cinco categorias temáticas, 1) *O dinheiro multifacetado: trabalho vinculado às questões financeiras*; 2) *A diversidade de relações entre o trabalho e o uso de substâncias psicoativas*; 3) *Trabalho como estratégia para a (re)construção de projetos de vida*; 4) *A viabilização das redes sociais por meio do trabalho*; e 5) *Trabalho como estratégia emancipatória*.

## 3 Resultados e Discussão

No que se refere às informações de identificação pessoal dos participantes, observou-se média de idade de 34 anos. Embora provenientes de cidades

distintas, todos eram procedentes do Estado de São Paulo. Quanto ao estado civil, sete declararam-se solteiros, dois viúvos e um casado. Na ocasião das entrevistas, a média do tempo de permanência de cada pessoa na instituição, que não limita o período de acolhimento, era de 15 semanas.

Em relação à educação escolar formal, quatro participantes possuíam o ensino fundamental incompleto, três concluíram o ensino fundamental, dois cursaram todo o ensino médio e um possuía ensino superior incompleto.

Quanto às identidades profissionais, relacionadas ou não às últimas profissões exercidas, identificou-se grande diversidade: mecânico geral, missionário religioso, técnico agrícola, auxiliar de sushiman, construtor civil, tratorista, operador de ceifadeira, trabalhador rural e auxiliar geral, declarada por dois participantes.

Em relação ao tempo em que estavam fora do mundo do trabalho (independentemente do vínculo formal ou informal profissional), três participantes relataram o último trabalho há cerca de um ano, quatro relataram há cerca de dois anos e três relataram estar afastados do mundo do trabalho há mais de dez anos.

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados nas categorias temáticas identificadas.

### 3.1 O dinheiro multifacetado: trabalho vinculado às questões financeiras

No que se refere às categorias temáticas identificadas, a primeira constitui-se a partir do relato da maioria dos participantes, para quem o trabalho apareceu fortemente vinculado à questão financeira, sendo considerado um meio para gerar renda. Para os participantes, o dinheiro, considerado o principal fruto do trabalho, pode ser usado de diferentes formas, conferindo autonomia àqueles que o possuem.

*Era dono do meu salário, manipulava meu dinheiro [...]. Cê tem que gerar renda, tem que declarar seus impostos, tem que fazer e manipular o dinheiro cesariano né, vamos dizer [...]* (P1).

*[...] sempre tinha meu dinheirinho [...]. O dinheiro é bom, tudo também. A gente precisa porque se não tiver dinheiro, a gente num se veste, num se alimenta* (P7).

*[...] ai chega o final do mês tem um dinheirinho. É bom [...] pra ganhar o pão de cada dia, suado, mas honestamente* (P8).

Acerca desse aspecto, Costa (2005) também identificou a relação do trabalho com geração de renda para esta população. Para a autora, a presença do trabalho é encarada pela população em situação de rua como resistência à precariedade das relações e ao preconceito a que estão sujeitas, sendo a geração de renda uma consequência socialmente esperada a partir do trabalho.

Além da geração de renda, a presença do trabalho na vida de grande parte dos participantes foi associada à satisfação dos desejos materiais, assim como ao consumo e ao consumismo atrelados à satisfação desses desejos como mostra o relato a seguir.

*Sinto falta de trabalho remunerado. Sinto muita falta, pela falta do dinheiro e pra satisfazer os meus desejos materiais né. Implica que eu tenho vontade de fazer parte do mundo do consumismo. Faz parte consumir alguma coisa, roupa, aparelhos eletroeletrônicos, possuir uma bela casa, possuir um carro. Ter uma conta bancária e ter um livre acesso de ir até o banco e na caixa registradora tirar o dinheiro e sair contando, pra comprar qualquer coisa que tenha vontade, desde um tênis, uma calça, um chapéu, um perfume, pra sair uma pessoa alinhada né* (P1).

Atualmente, é por meio da produção de vida material que se determina o lugar social e economicamente ocupado por uma pessoa, viabilizado pelo trabalho (SILVA; FONSECA, 2002; SCHWERINER, 2008), como evidencia o relato de P1. O consumo só é considerado consumismo quando o consumidor deixa de reconhecer a finalidade do produto que está adquirindo, ou seja, a compra de determinado produto se dá pelo simples ato de consumir, para satisfazer uma necessidade interna, e não pelo sentido da subsistência (FREIRE, 2012).

Já Bauman (2008) afirma que o consumo é um elemento inseparável da sobrevivência biológica que todos os seres vivos compartilham entre si, sendo uma condição livre de limites temporais ou históricos, enquanto o consumismo estabelece ideias de desvalorização e depreciação às mercadorias após a compra. A sociedade, sendo pautada pelo consumo, exclui ou aceita as pessoas baseadas na capacidade de consumir algo (BAUMAN, 2008).

Devido aos modos de produção, extração, consumo e descarte atuais são observados muitos impactos negativos sobre o meio ambiente, como o descarte irregular do lixo, e sobre a sociedade, que podem envolver condições degradantes de trabalho, distribuição financeira de forma injusta, processos de trabalho alienado e exclusão de pessoas baseada em suas características pessoais, como

etnia, gênero e origem social (CUNHA et al., 2011; MEZZACAPPA, 2013).

É a partir da Economia Solidária que cresce uma nova lógica do consumo: o consumo ético, solidário e responsável, que, ao mesmo tempo que atende às necessidades e desejo de consumo material, promove qualidade de vida de todos os trabalhadores envolvidos nos processos de elaboração, distribuição e comercialização dos produtos, enquanto contribui para a construção e consolidação de sociedades mais justas e igualitárias (MANCÉ, 2002).

Como observamos no estudo, para os participantes, o ato de consumir só é viabilizado por meio do trabalho, como mostra o relato de P1. Ao atender às necessidades para a existência social dos sujeitos, o ato de consumir torna-se elemento central na sociabilidade humana (SILVA, 2009; ANTUNES, 2013). O sistema capitalista, entretanto, transforma esse elemento em um trabalho assalariado, alienado e fetichizado, reduzindo a finalidade central do ser social a um meio obrigatório de subsistência, tornando-se mercadoria para a valorização do capital (ANTUNES, 2013). Assim, o trabalho e a questão financeira são encarados como obrigatórios, sem os quais não é possível sobreviver ou subsistir, nem a seus dependentes, como a família, conforme o relato na sequência.

*[...] porque a pessoa pensa que a gente vai trabalhar por boniteza, mas não é por boniteza não, porque se você não trabalhar você não come, não trata da família né (P6).*

*[...] a vida que eu tava trabalhando era difícil né, porque ganhava pouco né, trabalhava debaixo de chuva, tudinho, pra poder manter a casa né. Que eu tive quatro mulher e um homem, tudo criança né. Então a gente tem que trabalhar pra poder manter a casa né, [...]. E depois aquele dinheirinho que recebia era pra manter a casa né [...]* (P6).

*[...] todos tem que trabalhar né, se não trabalhar, a gente num se alimenta né (P7).*

*Bom, na minha opinião, hoje em dia, qualquer ser humano tem que trabalhar [...]* (P4).

*[Se estivesse trabalhando] eu poderia tá ajudando a minha mãe (P4).*

Tais relatos mostraram que o trabalho foi entendido como obrigatório ao ser humano, pois ele proporciona os meios de subsistência própria e/ou familiar. Na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 29,8% dos entrevistados apontaram

o desemprego como o principal motivo para viver nas ruas, enquanto 29,1% atribuíram a situação de rua a desavenças familiares (BRASIL, 2008).

O estudo de Tumolo e Tumolo (2004), que examinou, por meio de encaminhamento do Sine – Sistema Nacional de Emprego de Florianópolis (SC), as características das vivências de pessoas que estão sem trabalho, evidenciou que a condição do desemprego interfere na vida do sujeito como um todo, afetando a forma como os sujeitos sem trabalho se relacionam com outras pessoas de seu convívio social e para além dele. Os participantes da referida pesquisa revelaram que a falta de trabalho gera uma situação extrema de impossibilidade em adquirir produtos essenciais que garantam a sobrevivência de suas famílias. Esses achados corroboram com os encontrados na presente pesquisa, ilustrados pelos relatos de P4 e P6.

Em suma, a relação entre trabalho e dinheiro é multifacetada e encontra entendimentos diferentes, seja como forma de gerar renda e a autonomia que esta confere aos participantes, seja como possibilidade de satisfação dos desejos materiais, de suporte/provimento à família ou mesmo subsistência.

### 3.2 A diversidade de relações entre o trabalho e o uso de substâncias psicoativas

O consumo de substâncias psicoativas esteve presente, com diversos objetivos, desde os primórdios da história. No Brasil, durante o século XX, apareceram dispositivos de caráter disciplinador para controle de hábitos e comportamentos provenientes do uso de substâncias psicoativas que eram toleradas entre as classes privilegiadas, mas condenáveis entre os pobres e populações consideradas perigosas. Esses dispositivos compartilhavam afinidade com as noções higienistas e eugênicas, bases da saúde pública nesse período, que articulavam o uso dessas substâncias por classes vulneráveis a teorias da degeneração (PETUCO, 2011).

O conceito de vulnerabilidade foi importante para o movimento de luta contra a Aids entre as décadas de 1970 e 1980, mas, apesar da incorporação desse conceito na saúde, não ajudou a diminuir as taxas de contaminação e ampliou preconceitos contra certos grupos populacionais, como os usuários de drogas. Sobre esses grupos populacionais recaem preconceitos e estigmas, resultantes dos dispositivos de controle da época, expondo-os a inúmeras vulnerabilidades sociais (PETUCO, 2010; PEREIRA; NICHIIATA, 2011).

Apesar de instituições que olhavam para a questão do uso de drogas no Brasil surgirem no século XX, foi somente em 2003, que a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas foi implementada. Essa política reconhece no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a garantia especializada aos usuários de álcool e outras drogas (ALVES, 2009).

Tal política está em acordo com os princípios da reforma psiquiátrica e, na tentativa de dirimir estigmas e preconceitos em relação ao uso, admitindo um contexto de multifatorialidade, rompendo com a ideia reducionista do uso restrito a classes mais vulneráveis, uma vez que, atualmente, essas substâncias também são consumidas por classes média e alta (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que apresentamos esta reflexão como pano de fundo para o aprofundamento das concepções dos participantes da pesquisa sobre as relações entre o trabalho e o uso de substâncias psicoativas, desmistificando a associação do uso de drogas como prática consequente de uma situação de vulnerabilidade social ou emocional.

Os participantes apresentaram a percepção de que o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas interfere diretamente no trabalho, seja na incapacidade de permanecer vinculado ao mundo do trabalho, devido às consequências do uso problemático, seja na dificuldade de se reinserir nesse contexto de vida.

A seguir, os relatos ilustram a dificuldade de permanecer no trabalho em decorrência do uso abusivo de drogas.

*[...] quando não ia pra igreja, parava no meio do caminho e ia pros bares né, pro happy hour. E nisso foi fazendo com que eu me distanciasse também do trabalho, através do uso de bebida alcoólica em excesso [...] foi um primeiro passo a fazer com que eu começasse a me afundar mais no campo do alcoolismo né (P1).*

*[...] e eu entrei nas droga. Comecei na bebida, nas drogas e aí foi indo. Com 22 anos de idade eu já tava desandado. É, eu me aprofundei na cocaína. Então eu já não tinha mais serviço que eu segurava [...]. Conforme o efeito da droga, cê saía numa noite, na outra noite cê num conseguia trabalhar [...]. Se a gente num trabalha, eu mesmo, sei que se eu tivesse focado na época que eu comecei a trabalhar nesse mercado de repositor com 18 pra 19 anos, eu tava bem, acho que eu não tinha caído. [...] e o trabalho, quando se cê entra na droga, tudo fica em último plano, mulher, trabalho, família. Nada cê coloca em primeiro plano. Primeiro plano é a droga e a*

*bebida. Não que isso você queira, mas é uma coisa que te domina, te domina. E te faz, você perder o foco de tudo (P2).*

Apesar da multifatorialidade, as trajetórias de vida na rua estão bastante vinculadas a “[...] questões econômicas, de migração, de desagregação familiar, de desemprego, de violência urbana, de drogadição, de alcoolismo, entre outras [...]” (ARAÚJO, 2003, p. 89). Para alguns autores, entretanto, um dos principais motivos para a ida às ruas é o uso de álcool e outras drogas, seguido do desemprego e de desavenças familiares (BOTTI et al., 2010). Essa afirmação é corroborada pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2008, com cerca de 32.000 pessoas em situação de rua de grandes capitais brasileiras. Deste total, 35,5% afirmaram que passaram a fazer das vias públicas suas moradias em decorrência do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2008).

Por outro lado, o uso de substâncias psicoativas está cada vez mais incorporado à vida produtiva, resultando na diminuição da produtividade e na alteração das relações no trabalho (CARILLO; MAURO, 2004; BECK; DAVID, 2007). Em estudo de Castro (2009), que analisou o papel e a influência do local de trabalho no tratamento de trabalhadores que faziam uso abusivo de álcool e que eram atendidos em uma divisão de saúde do trabalhador dentro de uma universidade pública, identificou-se que locais próximos ao trabalho, como bares, tornavam o acesso ao álcool possível, sendo o horário de consumo, geralmente após o expediente. Nesta direção, um dos participantes apontou o vínculo do ambiente de trabalho com o início do uso de substâncias psicoativas.

*Eu conheci as drogas no serviço. No meu caso, isso influenciou pro mal né, que eu não tive cabeça e acabei... [...] não soube lidar (P10).*

Carillo e Mauro (2004) sustentam que as possíveis circunstâncias de vulnerabilidade no ambiente de trabalho e o estresse gerado pela organização, como precarização do espaço e rivalidade entre os trabalhadores, estão relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas. Entretanto, as autoras pontuam que a causalidade do uso e abuso de substâncias é multifatorial, podendo ser influenciados por situações pessoais, familiares e culturais.

Se na categoria anterior, identificou-se que o trabalho vincula-se à realização dos desejos de consumo e para subsistência, nesta, constatou-se que o trabalho também foi uma maneira encontrada para viabilizar o consumo de substâncias psicoativas. Apesar de ficar

evidente que o consumo de substâncias psicoativas também é um desejo de consumo, optamos por analisar separadamente estes resultados, visando um maior aprofundamento da relação entre trabalho e consumo de substâncias psicoativas.

O receio de retorno ao trabalho é algo presente, como mostram os relatos a seguir.

[...] [Tenho medo de voltar ao trabalho] *porque eu tenho medo de o dinheiro na mão e não saber usar* (P1).

[...] *todo tipo de serviço que eu arrumava era só pro consumo da droga. [...] depois eu parei, só que ai trabalhava aos pingado [...]. Toda cidade que eu chegava eu bebia e usava porque arrumava um bico [...]. Então eu sei que aí que vem o medo, eu sei que tenho capacidade de trabalhar, pra seguir e pra fazer curso agora com a cabeça no lugar, mas acho que a droga não deixaria. No caso que eu não tenho cura, eu só encostei só, é um bichinho que cê bota pra dormir né* (P2).

Nesse sentido, Beck e David (2007) sustentam que o consumo de substâncias, principalmente o álcool, por ser aceito socialmente, compõe um comportamento social característico do trabalhador, cujo potencial de consumo pode ser ampliado devido ao recebimento mensal de salário. Conforme estudo supracitado de Castro (2009), embora o retorno ao trabalho dos entrevistados tenha sido considerado terapêutico, pois ocupava grande parte de seu tempo, o ambiente de trabalho apresentou-se com maior probabilidade de retomada de consumo de álcool, ligado, principalmente, às pressões sociais. Além do receio das recaídas, os entrevistados permaneciam excluídos do mercado de trabalho por conta do estigma que o consumo de álcool e de outras drogas carrega, tal qual emerge nessa categoria.

Uma alternativa para a inclusão social da população em situação de rua pelo trabalho pode se dar por meio da Economia Solidária, que, ao constituir-se de iniciativas que agregam as populações marcadas pela exclusão, pode compor fontes de motivação à participação desse público (BARRETO; LOPES; DE PAULA, 2013; BONADIO; SILVEIRA, 2013). Além desta característica, a Economia Solidária acolhe as diferenças e enfrenta as dificuldades pessoais dos envolvidos. Neste sentido, as recaídas de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas são enfrentadas e discutidas no coletivo de trabalho e não são motivos de exclusão da pessoa do grupo de trabalho como na empresa capitalista.

Barreto, Lopes e De Paula (2013, p. 55) veem potencialidades para a reinserção social e laboral

de usuários de álcool e outras drogas por meio da Economia Solidária, pois tais potencialidades

[...] provêm, basicamente, da congruência entre os objetivos do movimento da Economia Solidária e as problemáticas atinentes ao público em questão, pois os valores, a lógica e a racionalidade do movimento possibilitam um resgate desses indivíduos para o convívio público [...].

Nessa categoria, os participantes associaram a relação do trabalho com o uso de substâncias psicoativas, ainda que de modos diferentes, mas que convergem para o afastamento do ambiente de trabalho no mercado capitalista. Argumentamos que a Economia Solidária se apresenta como oportunidade de inclusão no mundo do trabalho para esta população.

### 3.3 Trabalho como estratégia para a (re)construção de projetos de vida

Ficou evidente que, para os participantes, conseguir trabalho e manter o foco nele é componente essencial do cotidiano, um meio de alcançar os objetivos futuros, mudanças na vida, lazer e reconhecimento pessoal, assumindo a posição de elemento central na vida das pessoas, como ilustram os relatos a seguir.

Para alguns participantes, conseguir trabalho e manter o foco nele é componente essencial do cotidiano, um meio de alcançar os objetivos futuros, mudanças na vida, lazer e reconhecimento pessoal.

[O trabalho] *É tudo, tudo né? [...] o trabalho é tudo pra gente, né?* (P5).

[O trabalho] *É tudo. É vida* (P8).

Ao referirem que o trabalho é “tudo”, observa-se que os participantes concebem o trabalho como condição indispensável à existência humana, assim como colocado por Marx (1996). Para esse autor, a condição de criador de produtos e serviços úteis à vida das pessoas, denominada por valores de uso, faz com que o trabalho não só adquira valor central na história humana e na influência da sociabilidade, mas que se torne condição indispensável à existência dos seres humanos, em qualquer forma social. Outro participante também apontou o trabalho como componente da vida cotidiana.

[...] [O trabalho fazia parte do] *cotidiano da vida* (P2).

Nesse sentido, Castro et al. (2001) compreendem a vida como um amplo leque de ações rotineiras, sendo que a construção da vida cotidiana está

relacionada à transformação concreta da realidade. A vida cotidiana é um composto heterogêneo em conteúdo e significação, constituído por inúmeras atividades que compõem o dia a dia, fazendo, assim, com que o cotidiano seja a marca da singularidade do sujeito, que o molda a partir de valores, crenças e afetos (GALHEIGO, 2003). Dessa forma, o trabalho foi considerado uma das atividades que compõem a vida cotidiana.

Já Castel (2013) afirma que o trabalho constitui alicerce central na vida das pessoas, não somente em sua dimensão econômica, mas quando concebido de maneira ampliada, considerando os aspectos psicológicos, culturais e simbólico. O autor afirma que esse conceito ampliado de trabalho é percebido apenas pelas pessoas que vivem o desemprego e consequente exclusão social. Os relatos a seguir corroboram estes pressupostos ao apontarem o trabalho como primordial na vida.

[O trabalho] *É uma das coisas primordiais na vida do ser humano* (P4).

[...] *e o serviço é o principal, é o alicerce né? Sem o serviço você não vai em lugar nenhum, você não consegue nada [...]. O serviço é primordial* (P10).

Outro elemento vinculado a essa categoria é a concepção de que o trabalho seria capaz de mudar a situação de vida atual. A análise da trajetória de vulnerabilidade e desvinculação do trabalho dessa população é orientada, de acordo com Escorel (2006), em duas direções: a estratificação simbólica e a estratificação econômica. A autora entende a estratificação simbólica referente aos comportamentos e valores do trabalhador, criando a identidade do sujeito, e a estratificação socioeconômica como a possibilidade de perspectivas futuras e mudanças de vida. O relato a seguir ilustra a concepção do trabalho relacionado à mudança de vida.

[...] [O trabalho] *é bem uma mudança de vida* (P7).

Ao mesmo tempo que o trabalho é encarado como uma ocupação que muda o foco de pensamentos e ações e promove mudanças na vida, identificaram-se concepções de que o trabalho também é promotor de diversão e alívio emocional, características geralmente atribuídas aos momentos de lazer, conforme os relatos:

[...] *mas o trabalho em si, ele é muito bom, seja pouco ou muito ganho, é uma distração pra quem vive nesse estado de nível que nós estamos [...]. E cansa, que é bom. Desestressa* (P2).

[...] *pra gente o serviço era bom porque a gente divertia um pouquinho mais* (P6).

Gomes (2004, p. 125) considera o lazer como uma

[...] dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Já o ócio é compreendido por Camargo e Bueno (2003) como uma das conquistas dos trabalhadores para a necessidade de liberdades das obrigações que não lhes causa prazer, além da redução da jornada do trabalho.

Para Carmo (2001), diferentes classes sociais, épocas e culturas têm exaltado e desprezado o trabalho. Para o autor, a sociedade atual exalta o trabalho fazendo com que, para muitas pessoas, o lazer cause sentimento de culpa. Porém, para os entrevistados, o próprio trabalho também foi concebido como sinônimo de distração, de alívio do estresse e até mesmo diversão, concepção que talvez seja acentuada a partir da situação de desemprego e de vivência de rupturas vivenciadas.

Identificou-se que o trabalho também é visto como um meio de realização de sonhos e objetivos pessoais, assim como para produção de vida futura, como mostram os seguintes relatos:

[...] *então [o trabalho] é tudo, dali você parte pros seus objetivos, suas metas, tudo que você quer, mas sem foco, cê num anda pra frente. Mas o trabalho abre as portas pra tudo na vida, com o trabalho não tem dificuldade [...]. Com trabalho tudo tem jeito* (P2).

[...] [Trabalhando] *a gente tem sonhos, fala a verdade. A gente tem sonho* (P5).

[...] *se você trabalha, você sonha. Agora, se você não trabalha, não tem como você sonhar [...], você sabe quando o fim do mês chegar, se você tiver foco realmente, você vai conseguir chegar aonde você quer. Agora, sem trabalho você não vai a lugar nenhum [...]. Eu preciso trabalhar, entendeu? Pra mim poder voltar a viver, sonhar, conseguir de novo alguma coisa na vida* (P10).

O trabalho torna-se fonte de prazer quando favorece a valorização do sujeito, admiração e reconhecimento (DEJOURS, 1999).

Ao sentir-se valorizado, o trabalhador considera seu trabalho importante para

si mesmo, para a empresa e a sociedade, indicando assim, um reforço positivo na autoimagem, que está relacionada ao orgulho pelo trabalho que faz, à realização profissional, ao sentir-se útil e produtivo (MENDES; TAMAYO, 2001, p. 43).

O depoimento a seguir corrobora os achados de Mendes e Tamayo (2001) sobre o sentimento de utilidade que o trabalho fornece ao sujeito.

*Ah, [trabalhando] uma pessoa se sente útil né [...] É o trabalho, o trabalho, ele faz você se sentir útil, é gratificante, entendeu? (P10).*

Sendo considerado um componente estruturante da vida dos sujeitos, a situação de desemprego crônico devido ao avançar da faixa etária, também pode ser um elemento desestruturante, conforme apontado por um dos participantes.

*[...] ninguém registra mais, ninguém dá mais serviço, com 62 anos não tem mais jeito (P6).*

Ao afirmar ser esta uma das tendências no mundo do trabalho atual, Antunes (2012) discute que, paralelamente à exclusão do mercado dos jovens em busca do primeiro emprego, vem ocorrendo a exclusão de trabalhadores considerados idosos pelo capital, ou seja, com 40 anos ou mais, que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente vão conseguir reintegrar-se no mercado.

Nesse sentido, Wajzman, Oliveira e Oliveira (2004) afirmam que as precárias perspectivas de ampliação da cobertura do sistema previdenciário estabelecem a importância de se planejar políticas de trabalho voltadas à população idosa que, em muitos casos, possui um nível de qualificação inferior ao da média da população adulta atual, intensificando os processos de exclusão.

Em síntese, nesta categoria, o trabalho foi definido como algo extremamente importante, um componente do cotidiano, meio para realização de sonhos e de produção e mudança de vida e uma forma de distração ou lazer por meio do alívio emocional e bem-estar.

### 3.4 A viabilização das redes sociais por meio do trabalho

Já na quarta categoria, foi possível identificar que o trabalho é concebido como algo que confere identidade às pessoas, ou seja, o “não trabalho” confere à pessoa a identidade de *vagabundo*, expressando a concepção social capitalista sobre o trabalho, como mostram os depoimentos a seguir.

*[...] gente, ninguém consegue ficar sem trabalho. Ainda mais hoje. A não ser que for vagabundo né? (P2).*

*[...] agora, a pessoa num trabalhando já é [...] já leva o nome de vagabundo, que num presta. Comigo é assim, então prefiro tá trabalhando do que tá parado (P8).*

Para Coutinho, Krawulski e Soares (2007), a identidade tem sido apresentada como um conceito dinâmico a fim de compreender a inserção do sujeito no mundo e na relação com o outro, sendo tal inserção o reconhecimento de uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro. Sendo um conceito dinâmico, Bauman (2005) afirma que a identidade não é algo que seja garantido para a vida toda, pois é constituída a partir das decisões que o indivíduo toma, assim como os caminhos que percorre e a maneira como age.

A partir do pressuposto de que, em nossa sociedade, o trabalho confere identidade às pessoas e é um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, a ausência de trabalho faz com que a identidade do sujeito mude perante a sociedade e isso se reflita em outros contextos de sua vida (CASTEL, 2013).

É possível identificar vários círculos nos quais há formação de identidades: no trabalho, que pode se estender até a comunidade em que o sujeito vive, além de locais como bares, restaurantes, igrejas etc., sendo o trabalho um indutor que integra todos esses contextos presentes na vida de um indivíduo (CASTEL, 2013).

O estudo de Galvani et al. (2016) realizado com pessoas em situação de rua que fazem da rua espaço de expressão de sua arte evidencia que mesmo entre eles há uma distinção representada por aqueles artistas que são considerados profissionais e aqueles considerados aventureiros. Observa-se, neste caso, que a forma como o trabalho artístico é desenvolvido contribui na identidade da pessoa.

O mesmo estudo revelou que uma das pessoas participantes, considerado profissional pelos seus pares, era importante referência e apoio aos que estavam iniciando carreira artística nas ruas (GALVANI et al., 2016).

Nesse sentindo, percebeu-se, nessa categoria, que o trabalho também foi considerado um fator importante para a viabilização e ampliação das redes sociais de suporte e, inclusive, como meio de aceitação na sociedade, como mostram os relatos a seguir.

*Porque sem trabalho remunerado no mundo capitalista você não é bem visto, não é bem querido*

*em determinadas circunstâncias. Eu sou prova viva disso aí, de que há certa divisão na classe social das pessoas bem financeiramente, média financeiramente e aqueles que são paupérrimos (P1).*

[...] [O trabalho influencia] *principalmente dentro da sociedade que você convive né? Isso influencia muito (P3).*

[...] *you quando trabalha, você entra e sai em qualquer lugar, você é visto diferente [...]* (P10).

Para Castel (2004), parte das situações configuradas como exclusão resulta de vulnerabilidades das transformações no mundo do trabalho. O que gera a vulnerabilidade não é um estado de fragilidades – seja em moradia, saúde, educação etc. – mas pelo efeito de dois vetores: o eixo da integração pelo trabalho e o eixo da inserção sociofamiliar (CASTEL, 2004).

No eixo da integração pelo trabalho, pode existir integração, precarização e exclusão, no eixo sociofamiliar, pode haver diferentes inserções, que giram entre dois extremos: a inscrição sólida em uma rede de sociabilidade e o isolamento social total (CASTEL, 2004, 2013). O entrecruzamento dos dois eixos produz recortes e zonas diferentes do espaço social, de acordo com o grau de coesão assegurado, segundo uma relação que vai da autonomia à dependência. Assim, são formadas quatro zonas: de integração, de vulnerabilidade, de assistência e de desfiliação. Na zona de integração, o trabalho é presente, assim como as relações sociais, diferindo da zona de vulnerabilidade, caracterizada pela precariedade nas relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais. A zona de assistência caracteriza-se pela incapacidade de trabalho, mas com uma sólida inserção social, e a zona da desfiliação é descrita pela ausência de trabalho e isolamento social (CASTEL, 2004).

Apesar de discorrer sobre a sociedade francesa, esses conceitos levantados por Castel trazem contribuições importantes ao debate das produções de vulnerabilidades acopladas à perda da identidade de trabalhador no Brasil. Castel (2004) afirma que o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que é consequência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho e suas altas taxas de desemprego, e define o movimento que leva o sujeito incluído na sociedade para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais.

Corroborando com essa perspectiva, Almeida et al. (2011, p. 352) afirmam que a população em situação de rua “[...] é um segmento social que transita por zonas de vulnerabilidade e de desfiliação social

[...]”. Assim, em nosso estudo, a integração no eixo sociofamiliar foi relacionada pelos participantes à família, aos amigos e ao chefe.

Acerca desse aspecto, Escorel (2006) afirma que a família pode reagir de duas diferentes formas diante da vulnerabilidade de um de seus membros: agregam esses componentes ou promovem sua expulsão do convívio familiar. Para a autora, a família se apresenta como retaguarda afetiva e material do trabalhador nas suas relações com o mercado de trabalho. Como mostram os depoimentos a seguir, o trabalho foi colocado por alguns participantes como algo valorizado pelos seus familiares.

[...] *estaria mais bem visto pela família por possuir o bendito papel-moeda (P1).*

[...] *minha mãe olha isso aqui [trabalho missionário] como um trabalho. Meu pai vem me visitar e olha como um trabalho, né (P2).*

Identificou-se, assim, que o trabalho ocupa um lugar de destaque para os entrevistados a partir do qual podem inserir-se novamente na sociedade, sob a identidade de trabalhador. Essa identidade permite às pessoas desfrutarem de seus privilégios, pois é aceita como elemento estruturante na sociedade atual. O contrário, estar sem trabalho, independentemente da razão, é ainda carregado de estigmas que identificam o sujeito de forma pejorativa, como observamos nos relatos anteriores de P3 e P10.

Escorel (2006) salienta que as situações de vulnerabilidade podem levar ao esgotamento da família como unidade de proteção e apoio.

Identificamos que a ruptura do vínculo familiar pode estar vinculada à perda do trabalho e à consequente ida para as ruas. O relato a seguir ilustra este achado.

[...] *tinha família esse tempo [quando trabalhava] ainda. Agora não tenho mais família, não tenho pra onde ir, onde morar [...]. Ah, vou juntar um dinheiro e vou comprar um terreno, vou construir a minha casa, vou casar, ter filho, filha, neto, penso assim (P5).*

Além de afirmar a condição de existência a partir da identidade, o trabalho também tem seu sentido vinculado à formação e ampliação da sociabilidade (P1).

[...] *enfatizar o happy hour e poder sentar numa mesa e poder compartilhar o dia de outra pessoa. Falar como foi a sua jornada de trabalho, a sua jornada de estudos, o que que você fez no decorrer do dia. Aproximação pro coletivo pra se tornar um bem estar social né, uma sociabilidade né? (P1).*

Diante do questionamento sobre uma possível ampliação das redes sociais de suporte, numa hipotética situação de trabalho, a figura do chefe foi mencionada como uma das pessoas que poderia constituir apoio (P4), além da família e amigos.

[...] [Pode contar] *com o chefe, dependendo do chefe, se fosse no serviço. E com a minha mãe, que é a única que me ajudou até hoje. Que me ajuda né (P4).*

Diante do pressuposto da existência de duas classes sociais fundamentais, os donos dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho (MARX; ENGELS, 2001), entende-se a figura do chefe como aquela que faz a mediação entre os donos dos meios de produção, representada pela direção de uma empresa, e os vendedores da força de trabalho, ou seja, os trabalhadores (AGUIAR, 2013). A função do chefe em uma empresa é, principalmente, a mediação de conflitos que podem ocorrer entre os trabalhadores, buscando o pleno funcionamento da equipe (SÁ; AZEVEDO, 2010) e o cumprimento das metas de produção (P6).

*Ah, depende né, se a gente tivesse trabalhando a gente tinha o patrão né, tinha o gerente né [para buscar ajuda]. Talvez discutia e chegava no patrão e falava "ó tá acontecendo assim e assim né, então ou eu ou ele" (P6).*

Assim, nesta categoria, os participantes relacionaram o trabalho com a existência e fortalecimento de vínculos familiares e sociais. A ausência de trabalho, independentemente de sua razão, é estigmatizada e favorece o rompimento com a rede social de suporte.

### 3.5 Trabalho como estratégia emancipatória

Por fim, a quinta categoria evidencia a atribuição de um caráter emancipatório ao trabalho, ainda que tenha havido concepções em diferentes sentidos: conquista da autonomia e de independência e a atribuição de responsabilidades aos trabalhadores.

O conceito de emancipação social, que Cattani (2003) afirma estar vinculado ao de autonomia, refere-se ao processo de livrar-se do poder exercido por outros ao conquistar a plena capacidade civil e a cidadania do Estado democrático de direito.

Marx (2004) acredita que o indivíduo só é realmente independente quando deve apenas a si mesmo a sua existência, caso contrário, o indivíduo não é dono de si. Ghirardi et al. (2005) entendem, por sua vez, que autonomia é a capacidade que o indivíduo possui de decidir sobre o desenrolar de sua

vida, enquanto independência, no mesmo sentido apresentado por Marx, é definida como sendo a concretização dessas decisões por próprios meios de um indivíduo.

O trabalho foi relacionado, pelos participantes, com autonomia e independência, seja ela pessoal, familiar ou financeira. Os relatos a seguir mostram o trabalho vinculado à autonomia e independência financeira.

[...] [Com trabalho estaria] *me mantendo e não precisando depender de ninguém (P4).*

[...] *pra você comprar roupa, você não vai ficar necessitando só da sua mãe e do seu pai né? Você vai ter que estudar, pra fazer vestibular e [...] mais pra frente pensar numa profissão (P9).*

Os resultados mostram que uma consequência do trabalho é o sentimento de responsabilidades.

[...] *o trabalho te deixa dependente dele, de muitas coisas. Você num precisa mais depender das coisas dos outros, aí a gente começa a criar uma responsabilidade (P2).*

No entanto, esta responsabilidade apareceu como o cumprimento de ordens estabelecidas no mundo capitalista pela relação patrão/empregado, como mostra o relato a seguir.

[...] *tem que ter responsabilidade né e as pessoas tem que assumir tudo aquele papel né, que manda tem que fazer (P8).*

Cabe ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida em uma instituição de caráter religioso e isso pode influenciar o discurso dos participantes, ainda que de forma implícita. Talvez este discurso marcado pela obediência pode estar influenciado pela doutrina religiosa.

Ressaltamos que, apesar de ser considerado como um fator de independência e autonomia, o trabalho é concebido no âmbito da lógica de produção capitalista. Como contraponto a esta perspectiva, Santos e Rodríguez (2005) afirmam que as iniciativas econômicas alternativas ao modo de produção capitalista oferecem um grande potencial emancipatório. Santos (2005) salienta que esse potencial emancipatório se dá pela forma de organização dessas iniciativas e de suas relações de trabalho, implementadas em torno da reciprocidade, da vida social e dos contextos cotidianos.

A perspectiva de organização de empreendimento por meio da Economia Solidária segue o pressuposto de descentralização do poder e informações, da autonomia e independência dos indivíduos

e das responsabilidades partilhadas pelo grupo (GHIRARDI et al., 2005).

O estudo de Lussi e Morato (2012), que teve como foco a inserção laboral de pessoas com transtorno mental, identificou que a conquista da autonomia somada ao processo de desenvolvimento e expansão de habilidades profissionais ocorrem por meio da oferta de responsabilidades. Ao vivenciarem experiências baseadas na Economia Solidária, os sujeitos tornam-se cada vez mais autônomos e protagonistas de suas ações no trabalho.

Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) entendem que as cooperativas podem ser compreendidas como meio de inscrição no mundo do trabalho, sendo um dos caminhos para a projeção de propostas que objetivem a emancipação do sujeito.

Desse modo, as cooperativas baseadas nos princípios da Economia Solidária podem ser uma estratégia que promove a emancipação social das pessoas em situação de desvantagem por proporcionar produção de valores e garantia de direitos, em especial às pessoas em situação de rua.

Em síntese, identificamos o caráter emancipatório do trabalho na concepção dos participantes, que está relacionado ao desenvolvimento de autonomia e independência. No entanto, o sentimento de responsabilidade vinculado ao trabalho apareceu de forma articulada ao modo de produção capitalista que, na prática, é contraditório aos processos de emancipação social das pessoas.

## 4 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo identificar as concepções sobre o trabalho elaboradas por homens em situação de rua, acolhidos institucionalmente, de forma provisória, por uma entidade socioassistencial religiosa, localizada no interior do Estado de São Paulo.

Os resultados mostraram que o trabalho adquire várias faces para os participantes. O trabalho foi entendido como um meio de gerar renda, favorecendo a própria subsistência ou de seus familiares, além de propiciar a satisfação dos desejos materiais. Por outro lado, pareceu constituir um meio que possibilita/facilita o uso de substâncias psicoativas, seja pelo rendimento mensal ou pelo próprio ambiente em si. Os participantes definiram o trabalho como um componente essencial no cotidiano para a (re)construção de projetos de vida, para viabilização das redes sociais e como um importante recurso para autonomia e independência.

Aproximar os princípios da economia solidária da vivência das pessoas em situação de rua ou mesmo dos coletivos e movimentos sociais compostos por esse público tende a ampliar a experiência desses sujeitos no processo de apropriação de sua realidade, na construção de sua autonomia (por meio do trabalho, da geração de renda e da construção de suas próprias escolhas, por meio e impulsionados pela autogestão) e em sua luta por uma sociedade menos desigual, de direitos e deveres justamente compartilhados e vivenciados. A Economia Solidária tende a proporcionar vivências e relações nunca ou pouco experimentadas por esses sujeitos, mobilizando diferentes recursos, afetos e desejos, potencializando-os de fato como sujeitos, capazes de se perceber como cidadãos e empoderados na luta por um cotidiano melhor.

Apesar do alcance dos objetivos iniciais, o estudo apresenta limitações na medida em que abarcou homens em situação de rua em uma situação particular de acompanhamento, uma vez que não foi possível acessar outras pessoas, homens ou mulheres, também em situação de rua, vivenciando outros contextos (vida na rua propriamente dita, acompanhados por outros serviços etc.).

Entretanto, e diante da escassez de estudos como este, a pesquisa em equipamentos e serviços de assistência social voltados à população em situação de rua é importante, pois amplia o conhecimento sobre os próprios equipamentos, os usuários e suas demandas, favorecendo a criação e implantação de políticas sociais, além de dar suporte às práticas de Terapia Ocupacional e outras, junto a essa população, que ainda são escassas.

São necessárias constantes atualizações e discussões sobre o trabalho, levando em conta as situações de fragilidades vivenciadas pela população em situação de rua, para que, de fato, ele promova emancipação e inclusão social.

## Referências

AGUIAR, V. B. *Psicodinâmica da relação gestor-equipe: análise do prazer sofrimento no Trabalho em uma organização pública*. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://rumeninng.com.br/site/wp-content/uploads/2014/03/6-PSICODINAMICA-DA-RELA%C3%87%C3%83O-GESTOR-EQUIPE-VERONICA-AGUIAR-2013.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

ALMEIDA, M. C. et al. Terapia Ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar>>.

- br/index.php/cadernos/article/view/505/35>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, 2009.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- ARAÚJO, C. H. Migrações e vida nas ruas. In: BURSTYN, M. *No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 88-120.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; DE PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77741/81735>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BECK, L. M.; DAVID, H. M. S. O abuso de drogas e o mundo do trabalho: possibilidades de atuação para o enfermeiro. *Escola Anna Nery Revista Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 706-11, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n4/v11n4a24.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- BONADIO, A. N.; SILVEIRA, C. Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 99-108, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/10.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- BORIN, M. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 12, p. 49-64, 2004.
- BOTTI, N. C. L. et al. Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 10-16, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v59n1/v59n1a02.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo*: pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jan. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD. *Prevenção ao uso indevido de drogas*: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Brasília: SENAD, 2010.
- BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSTYN, M. *No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 27-55.
- CAMARGO, R. A. A.; BUENO, S. M. V. Lazer, a vida além do trabalho para uma equipe de futebol entre trabalhadores de hospital. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 490-498, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a12.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- CARILLO, P. L. L.; MAURO, M. Y. C. O trabalho como fator de risco ou fator de proteção para o consumo de álcool e outras drogas. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 217-225, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/714/71413204.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- CARMO, P. S. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 2001.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2004. p. 17-50.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CASTRO, E. D.; LIMA, E. M. F. A.; BRUNELLO, M. I. B. Atividades humanas e Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (Org.). *Terapia Ocupacional no Brasil*: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 41-59.
- CASTRO, K. C. O papel do trabalho no tratamento de trabalhadores alcoolistas. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 102-113, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/11833/11073>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos &*

- Contextos, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>>. Acesso em: 11 jul. 2015.
- COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e Trabalho na Contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, p. 29-37, 2007. Edição Especial 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nsp/v19nsp06.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- CUNHA, R. S. M. T.; MEZZACAPPA, G. G.; CORTEGOSO, A. L. Uma análise crítica sobre as práticas de um coletivo de consumidores: o caso do Consumosol. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 7., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/articles/0010/4047/FS05.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1999.
- SCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- FREIRE, V. C. Consumo e desejos consumistas. *O Portal dos Psicólogos*. 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0299.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-109, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13924/15742>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- GALVANI, D. et al. Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: terapia ocupacional social no fazer da arte, da cultura e da política. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 859-868, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1756/792>>. Acesso em: 3 mar. 2017.
- GHIRARDI, M. I. G. et al. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n18/a14v9n18.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/681/395>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- MANANCE, E. A. *Consumo solidário*. Curitiba: IFIL, 2002. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/consumosolidario.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, Tomo 2: os Economistas.
- MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental*, Barbacena, v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167944272008000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272008000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 ago. 2015.
- MAX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: L&PM, 2001.
- MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. *Psico-USF*, Itatiba, v. 6, n. 1, p. 39-46, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v6n1/v6n1a06.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- MEZZACAPPA, G. G. *Relação Educação Ciência, Tecnologia e Sociedade e elaboração de programas de ensino*. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1110>>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- NICÁCIO, F. N.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 62-66, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13961/15779>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- OLIVEIRA, M. M. Os desafios enfrentados pela população de rua de Juiz de Fora frente à proposta da economia solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2007. p. 1-12.
- OLIVEIRA, P. S. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.
- PEREIRA, A. J.; NICHATA, L. Y. I. A sociedade civil contra a Aids: demandas coletivas e políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3249-3257, 2011.
- PETUCO, D. R. S. *Entre imagens e palavras: o discurso de prevenção ao crack*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Paraíba, João Pessoa, 2011.
- PETUCO, D. R. S. *Entre macro e micropolíticas: O movimento social de redução de danos e o campo político reflexivo das drogas. Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras*. Brasília: CFP, 2010.

PRATES, J.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 191-215, 2011.

SÁ, M. C.; AZEVEDO, C. S. Subjetividade e Gestão: explorando as articulações psicossociais no trabalho gerencial e no trabalho em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2345-2354, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n5/v15n5a10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-77.

SCHWERINER, M. E. R. *O consumismo e a dimensão espiritual das marcas: uma análise crítica*. 2008. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/jspui/2053>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

SILVA, A. L. A.; FONSECA, R. M. G. S. Projeto copiadora do CAPS Luis Cerqueira: do trabalho de produzir coisas à produção de vida. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 358-366, 2002. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a09.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SILVA, M. L. S. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 327-344, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v2n2/07.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

VALENCIA, N. F. L. S. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 7, n. 21, p. 556-605, 2008. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/tbse/NormaArt.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1992.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M.; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 453-479. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5476](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5476)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

## Contribuição dos Autores

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi: contribuiu na concepção e orientação em todo o processo da pesquisa, na elaboração do texto e sua revisão crítica. Thamy Eduarda Ricci: contribuiu na revisão bibliográfica, coleta e análise dos dados, descrição dos resultados, elaboração do texto. Roberta Justel do Pinho: contribuiu na revisão crítica do texto e nas reflexões teóricas. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

## Fonte de Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Notas

<sup>1</sup> A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, sob o parecer nº 837.864 no dia 20 de outubro de 2014.